



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA**

----- Aos vinte e seis dias do mês de outubro, do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e oito minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, teve lugar a 7ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia **Francisco Manuel Guedes Vitorino**, secretariado pelas Senhoras Secretárias **Carla Eliana Costa Tavares e Cristina Paula Fernandes da Cruz**, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1- Análise e Votação da Proposta da Camara Municipal de Atribuição de Apoio às Associações de Proteção Civil de Belazaima do Chão, Associação Humanitária de Castanheirense e Junta de Freguesia de Valongo;-----

----- 2 – Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Apoio à União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, Reembolso do IVA da Candidatura PRODER – Ação 2.3,2; Estabilização de Emergência de Pós Incêndio da Serra do Caramulo 2013, Candidatura PA- 51/602. -----

----- 3- Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo Tripartido para Cedência de Instalações Centro Social de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão; -----

----- 4- Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento de Interesse Público Municipal SOPRONIVA- Sociedade de Produção de Aves, Lda; -----

----- 5- Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Prémio Águeda 21; -----

----- 6- Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Protocolos de Parceria no Âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular – Adendas; -----

----- 7- Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal para Constituição da Associação Caminhos de Fátima; -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- Francisco Manuel Guedes Vitorino – PS; -----

----- Alberto José Fernandes Marques – PSD; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal – PS; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares – PS; -----

----- António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP; -----

----- Carlos Alberto Batista Guerra – PS; -----

----- Marlene Domingues Gaio – PSD; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- Cristina Paula Fernandes da Cruz – PS; -----
----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; -----
----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----
----- Paulo Jorge de Almeida Pereira – CDS; -----
----- Abílio Ferreira Gomes da Silva - PS; -----
----- Francisco Manuel Camossa abrunhosa Simões – CDU; -----
----- António Jorge Pereira de Oliveira – PS; -----
----- Tiago Mendes dos Santos e Gomes Lavoura – PSD; -----
----- Casimiro Agnelo Oliveira Pinto - PS; -----
----- Paulo Manuel Matos Soares – PSD; -----
----- Maria Utilia Ferreira da Rocha Ferrão - PS; -----
----- Jorge Miguel dos Santos Melo – PS; -----
----- Marlene Sofia Esteves Oliveira – PSD; -----
----- **Compareceram igualmente à Sessão Extraordinária, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** -----
----- Albano Marques Abrantes – PJF de Aguada de Cima; -----
----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PJ da União das Freguesias de Águeda e Borralha; -----
----- Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PJ da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo;-----
----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PJ da União das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----
----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PJF de Fermentelos; -----
----- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJF de Macinhata do Vouga -----
----- Pedro António Machado Vidal – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; --
----- Joana Margarida Almeida Vela – Tesoureira da União de JF de Recardães e Espinhel---
----- Mário Ramos Martins – PJ da União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira; -----
----- Daniela Rute Oliveira Fernandes – Secretária da União de JF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga;-----
----- José Henrique Vidal Martins – Tesoureiro da JF de Valongo do Vouga.-----
----- **O Executivo da Câmara Municipal encontrava-se representado pelos Vereadores:**
----- Gil Nadais Resende da Fonseca – PS – Presidente; -----
----- Jorge Henriques Fernandes de Almeida – PS – Vereador; -----
----- Elsa Margarida de Melo Corga – PS – Vereadora; -----
----- João Carlos Gomes Clemente – PS – Vereador -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Edson Carlos Viegas Santos – PS – Vereador; -----

----- Maria Paula da Graça Cardoso – PSD – Vereadora; -----

----- Miguel Vidal de Oliveira – CDS – Vereador;-----

----- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----

----- O deputado Mário Dinis Figueiredo que, por questões profissionais, pediu a suspensão do seu mandato por seis meses tendo sido substituído por Jorge Miguel Santos Melo; dos senhores Presidentes de Junta, foi referida a ausência de Pedro Alexandre de Almeida Gomes, PJF de Recardães e Espinhel, que se fez substituir por Joana Margarida de Almeida Vela, tesoureira da junta; Carlos Alberto Ferreira da Silva, PUF Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, fazendo substituir-se por Daniela Rute de Oliveira Fernandes; João Pedro Alvim Henrique Xavier – PJF de Valongo, que foi substituído pelo seu tesoureiro, José Henrique Vidal Martins.-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** dá início à sessão, cumprimentando a todos os presentes, em particular o público já presente e todos aqueles que acompanham através da Águeda TV. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- **1- Análise e Votação da Proposta da Camara Municipal de Atribuição de Apoio às Associações de Proteção Civil de Belazaima do Chão, Associação Humanitária Castanheirense e Junta de Freguesia de Valongo;**-----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos foram feitas as seguintes intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Jorge Miguel Santos Melo – PS:** -----

----- “O que me leva aqui a vir falar acerca deste ponto é o seguinte, pelos valores que vi aqui de apoio para estas associações gostaria de tentar perceber, portanto fala aqui que isto é para aquisição de equipamento de proteção individual para estes homens, tendo em conta que, pelo que percebi são 5000€ por associação, tendo em conta que equipar um elemento deste para o combate a incêndios florestais, que é a sua missão principal nestas associações de proteção civil, tendo em conta que equipar cada homem destes ultrapassa largamente os 1000€, gostaria de tentar perceber se não será pouco esta verba dos 5000€. Acredito também que esta tenha sido a verba solicitada por essas mesmas associações e consequentemente pela Junta de Freguesia de Valongo do Vouga. -----

----- O que eu queria, acima de tudo também salvaguardar é o seguinte, se não seria oportuno por parte do Executivo municipal à semelhança daquilo que tem feito para todas as restantes associações do município, e quando falo de associações, falo de associações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

culturais, de IPSS's, de clubes desportivos, portanto todas essas coletividades têm o regulamento específico em que, por exemplo, para os clubes de futebol penso que estão obrigados a ter um preparador físico e ter um treinador de futebol com competências adequadas, ou seja, tem que abranger aqui uma série de requisitos e existe um regulamento específico para a atribuição de subsídios. Se não seria de hora de subvertermos os papéis porque presenciámos e temos vindo a presenciar, os presidentes de Junta de Freguesia, que chegam aqui e que dizem vimos pedir mais qualquer coisa, parece-me que é hora do município assumir de que esta é mesmo uma responsabilidade municipal e não uma responsabilidade dessas mesmas associações. -----

----- Portanto parece-me que é importante que o município elabore um documento para a regulamentação e atribuição de subsídios dessas mesmas instituições, com base nos princípios fundamentais que essas instituições têm que prestar ao mesmo município. -----

----- Gostaria também de ainda neste ponto e visto que o ponto seguinte é também relacionado com esta matéria, no ponto seguinte vamos pedir aqui, portanto houve, pelo aquilo que percebi, um pedido de apoio por parte da Câmara Municipal para o pagamento de IVA num apoio dado pelo PRODER e este apoio está a ser dado, mais uma vez, pelo facto de ter decorrido um incêndio florestal no município. Acho que deve ser dado todo o apoio possível, mas parece-me que é de todo importante trabalharmos na prevenção. -----

----- E este é um ponto que, de certa forma, eu sinto que está descorado. -----

----- Gostaria, em termos de pergunta, tentar perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, quando é que ou com que frequência reúne, portanto, a proteção civil ao nível do município, a comissão de proteção civil municipal, com que frequência é que reúne. -----

----- Tentar também perceber quais são as competências que estão delegadas, de acordo com a lei, aos presidentes de Junta na área da Proteção Civil. -----

----- E com isto quero dizer que um incidente acontece onde a prevenção falha, e se nós temos fortes situações ao nível da proteção civil no nosso município, parece-me que podemos ser mais ambiciosos e mais astutos na prevenção. E prevenção tem que começar pelas escolas, a prevenção tem que começar através de ações de sensibilização nas juntas de freguesia, a prevenção tem que começar um bocadinho por todos nós, porque se refletirmos todo estes elementos que são sujeitos ao combate destes incêndios florestais, só o fazem porque nós falhámos redondamente, todos nós falhámos redondamente. E quando eu digo todos nós, digo nós cidadãos nas nossas próprias propriedades, digo nós câmara municipal nas políticas que não implementamos proteção civil, presidentes de junta. Portanto todos nós falhamos e parece-me que ainda que seja uma despesa avultada é preferível a prevenção em detrimento do combate. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Gostaria também de perceber se saiu agora uma nova legislação relativamente à lei de bases da proteção civil em que substitui o comandante municipal operacional pelo coordenador municipal de proteção civil. Se fizermos aqui uma reflexão deixa de ser o comandante municipal de proteção civil, e comandante pressupõe combate, e passa a ser coordenador, ora coordenador coordena, previne. -----

----- Gostaria também de perceber se há alguma coisa, se o município tem por intenção abrir um concurso para ocupação deste lugar. -----

----- Gostaria ainda de aproveitar o momento para dizer aqui mais uma coisa. Eu tenho visto que ao nível da proteção civil, ao nível dos apoios tanto à corporação de Bombeiros que temos no município, assim como associações de proteção civil, nós damos um apoio, e quando falo “nós”, nós município, é um apoio acima de tudo a bens materiais. Viaturas, e mais viaturas, e equipamentos, e não nos podemos esquecer e não sou eu que o digo, são estudos que o dizem, de que estes homens e mulheres são sujeitos em linha de combate a um stress superior, ao stress que os soldados *marines*, que os nossos soldados paraquedistas, rangers, e afins sofrem em linha de combate. Portanto o stress, as variáveis que temos no momento do combate aos incêndios florestais são elevadíssimas. E queria tentar perceber se a este nível, se há alguma coisa se o Executivo prevê aqui a criação de um estatuto diferente para estes homens, porque estes homens não são, sem desmérito de todas as outras pessoas que estão à frente de associações, de grupos folclóricos, IPSS's e afins, estes homens são diferentes. Estes homens saem de suas casas às duas, às três, às quatro, às cinco da manhã, saem no Natal, saem na Passagem de Ano, saem a qualquer hora do dia e da noite para ir socorrer o que não é deles, para ir socorrer os bens materiais, para ir socorrer pessoas e afins. E eu que queria tentar perceber, se seria possível parte do Executivo, repensar esta situação e criar um estatuto específico para todos estes voluntários ora nos bombeiros, ora nas associações de proteção civil, que diariamente colocam em risco as suas vidas. -----

----- Gostaria também de tentar perceber relativamente ao plano municipal de proteção civil, se o Executivo tem em mente testar este mesmo plano municipal da proteção civil. Portanto o plano já está elaborado à uma série de anos mas está no papel e depois quando as coisas acontecem, e como são situações por norma em condições muito adversas, acontecem aqui uma série de falhas e portanto para podermos melhorar, a melhor forma é treinar e testar este mesmo plano. -----

----- Esta mesma lei de bases da proteção civil que saiu agora em Agosto de dois mil e quinze prevê também a criação de unidades locais de proteção civil. Queria tentar perceber se o Executivo tem por mente promover a criação destas mesmas entidades, destas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mesmas unidades de proteção civil. -----

----- Queria também alertar o Executivo de que os municípios de Águeda ainda que o IMI seja um dos IMI's mais baixos do país, ainda que a carga fiscal seja uma das mais baixas do país, pagam impostos. E portanto nós enquanto cidadãos que pagamos exatamente os mesmos impostos que são pagos no Porto, Lisboa, Setúbal, Coimbra, e afins, temos direito a uma prestação de socorro com a mesma qualidade. E isso infelizmente não acontece no nosso município. Podemos dizer que em termos de estruturas estamos, comparativamente a municípios limítrofes, estamos melhor equipados, é verdade que sim, ainda assim falta tentar perceber se estamos equipados o suficiente para a especificidade do nosso município. Nós temos uma das maiores manchas florestais do distrito de Aveiro, temos um dos maiores parques empresariais também do distrito de Aveiro, temos uma linha férrea no nosso município, temos o nosso rio que esperamos com as obras agora as cheias não voltem, mas temos o problema das cheias também, e portanto parece-me que esta situação da proteção civil deve ser de uma vez por todas deixada de ser tratada na última linha, na linha do combate, e ser tratada na linha da prevenção. -----

----- Penso que fica muito mais barato, com muito menos riscos, e portanto era este o alerta que queria deixar ao Sr. Presidente e ao Executivo, no sentido de valorizar a proteção em detrimento do combate. Era só, obrigado.” -----

----- **Gil Nadais – Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- “Sobre os apoios que são dados a Câmara estabelece um montante que depois é negociado com estas instituições, Juntas de Freguesia e Comissões, sobre a melhor forma de utilizar este dinheiro, e sempre tem havido consenso a respeito da utilização deste dinheiro. Pensamos que é uma prática que devemos manter porque atendemos aquilo que é verdadeiramente sentido como importante pelas diferentes entidades. -----

----- Quanto à Proteção Civil não pensamos mexer muita coisa. Consideramos que temos tido um trabalho, que temos tido uma articulação com os Bombeiros e com os Bombeiros depois com as diferentes formas que decorre, que é de grande qualidade, e que temos de preservar e manter. Sei que há muitos cargos aí assim presumivelmente para serem criados, mas também sei que o entendimento da unidade intermunicipal onde estamos inseridos é de que estes assuntos sejam tratados, muitos deles, a nível da comunidade intermunicipal porque não temos dimensão para ter e não faz muito sentido andarmos aqui a dividir coisinhas que convém que funcionem o mais articulado possível. E é isso que nós vamos e que tentaremos promover sempre. -----

----- Quanto à prevenção concordo inteiramente e vamos fazendo o que se pode. Lembremo-nos sempre que os grandes incêndios que tivemos são quase todos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

importação, ou seja, nós vamos primeiro atacá-los nos concelhos vizinhos e depois tentar resolver o problema cá dentro, quando não conseguimos resolver o caso lá. Obviamente que também temos alguns cá, obviamente que nem tudo é perfeito mas tentamos atuar bastante na prevenção. -----

----- Quanto ao socorro e aos impostos. Quanto aos impostos temos os mais baixos do país, ponto. Quanto ao socorro eu acho que temos a um nível muito elevado do país. Poderá não ser o suprassumo não vejo, não conheço tabelas, não conheço rankings de socorro mas a ideia que eu tenho, aquilo que me chega, é de que a nossa prontidão e a forma como é feito é de elevada qualidade. Isso não quer dizer que não possamos melhorar, mas é no sentido positivo, portanto aquilo que temos feito eu penso que é de grande qualidade.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com uma abstenção** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de atribuição de Apoio às Associações de Proteção Civil de Belazaima do Chão, Associação Humanitária Castanheirense e Junta de Freguesia de Valongo. -----

----- **2 – Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Apoio à União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, Reembolso do IVA da Candidatura PRODER – Ação 2.3.2; Estabilização de Emergência de Pós Incêndio da Serra do Caramulo 2013, Candidatura PA- 51/602** -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de atribuição de Apoio à União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, Reembolso do IVA da Candidatura PRODER – Ação 2.3.2; Estabilização de Emergência de Pós Incêndio da Serra do Caramulo 2013, Candidatura PA- 51/602. -----

----- **3 – Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo Tripartido para Cedência de Instalações Centro Social de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão;** -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo Tripartido para Cedência de Instalações Centro Social de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão. -----

----- **4 – Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento de**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Interesse Público Municipal SOPRONIVA- Sociedade de Produção de Aves, Lda; -----

----- O Sr. Presidente da União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, por ter interesses particulares relacionados com o mesmo, informou que se iria retirar da votação. -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento de Interesse Público Municipal SOPRONIVA- Sociedade de Produção de Aves, Lda. -----

----- 5 – Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Prémio “Águeda 21”; -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade** aprovou a Proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Prémio “Águeda 21”. -----

----- 6 – Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Protocolos de Parceria no Âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular – Adendas; -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de Protocolos de Parceria no Âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular – Adendas. -----

----- 7 – Análise e Votação da Proposta da Câmara Municipal para Constituição da Associação Caminhos de Fátima; -----

----- Seguidamente o **Sr. Presidente da Câmara** faz a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Toda a gente conhece que há um elevado número de pessoas que percorrem o país todos os anos para se deslocarem a Fátima, sobretudo em maio, mas também noutros meses. Também, e ainda este ano, foi notícia de um trágico acidente que morreram várias pessoas. O que é que pretende esta associação e o que é que tem sido feito até aqui? Foi feito o levantamento dos locais por onde passam os peregrinos e tentar arranjar soluções para que passem em vias que tenham menos tráfego, portanto, em que possam circular com maior segurança. O que visa esta associação, portanto, é criar condições, concorrer a fundos para poder criar alternativas que deem maior segurança aos peregrinos que se dirigem para Fátima. Basicamente é isto que está aqui em causa. É uma associação entres os municípios, dos municípios onde passa, dos trajetos mais seguidos. A associação está para ser formalizada, não sei se, penso que todos têm conhecimento, mas agora para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

participarmos numa associação o Executivo não pode de *per si* deliberar isso, tem de vir a Assembleia Municipal, e depois da Assembleia Municipal tem de ir a Tribunal de Contas para se manifestar se, podemos ou não, participar nessa associação. E portanto este é um passo no sentido de podermos constituir, participar e fazer parte desta Associação dos Caminhos de Fátima.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade**, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de **Constituição da Associação Caminhos de Fátima.** -----

----- **8 – Autorização Previa da Assembleia Municipal de Águeda de Acordo com o Artigo 6º da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais;**

----- De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, faz a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Antes de vos dar a palavra, gostaria apenas de fazer aqui duas notas prévias. Em primeiro lugar gostaria de apresentar as minhas desculpas por, na primeira versão da ordem de trabalhos, não constarem todos os pontos. Foi um lapso de “copy”/ “paste” e portanto assumo aqui essa responsabilidade. Tratou-se de um lapso que foi corrigido ainda dentro do prazo legal mas que ainda assim gostaria aqui de deixar essa nota. Em segundo lugar, propor-vos que tratando-se de um ponto que tem, 13 subpontos ou subitens, pudéssemos, por uma questão de economia de tempo, trata-lo da seguinte forma: faríamos a discussão no seu todo, questionaríamos o que houver a questionar e a discutir no seu conjunto e depois, naturalmente, votar ponto a ponto.” -----

----- Esta sugestão foi aceite e procedeu-se então à discussão do ponto na metodologia sugerida. -----

----- Iniciada pelo **Sr. Presidente da Câmara** que faz a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente a esta metodologia, para dizer a verdade não sabemos muito bem para que lado é que está a lei, e porque não são claras decidimos então trazer aqui assim tudo de acordo com o que foi aprovado em reunião de câmara, e depois de aprovado para poderem ser aprovados os compromissos plurianuais que estão aqui assim nestes contratos. Porque na realidade alguns deles, por exemplo, já se fazem há dez anos e penso que pelo menos durante alguns anos se vão fazer, há outros que não, mas é daquelas coisas que está na lei e nós estamos a tentar cumprir o melhor possível.” -----

----- **Alberto José Fernandes Marques** – PSD: -----

----- “Já que estamos a discutir os subpontos todos, nomeadamente aqui no que toca ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ponto 8.3 – Contrato de Prestação de Serviços por Técnico Superior para Operacionalização e Acompanhamento de Projetos, na Modalidade Contrato de Avença, eu não sei se percebo bem, isto é contratar alguém para operacionalizar e acompanhar os contratos de avença, é isso? Não? Então percebi mal porque aqui o valor são 1500€, mais o menos, mais IVA. Técnico Superior para Operacionalização e Acompanhamento de Projetos na Modalidade Contrato de Avença, pronto por um lado era pedir essa explicação do que é que isso é, e por outro, se for o que eu penso que é fico esclarecido, se não for, aproveito a deixa para fazer um pedido ao Sr. Presidente da Câmara, que ou com esta pessoa, que não sei se é isso que ele vai fazer ou não, ou com outra pessoa que a Câmara consiga arranjar, eu gostaria de saber ao certo quais são os Contratos de Avença que a Câmara tem. Porque nas sucessivas assembleias que temos aqui ao longo dos anos, isto já não vem só dos mandatos destes Executivos, mas a Câmara tem um determinado quadro pessoal com algumas centenas de pessoas, mas são dezenas, e dezenas, e dezenas de Contratos de Avença que por aqui passam. Eu não faço ideia de quantas pessoas é que trabalham para a Câmara e de quanto é que isso custa. E eu gostaria de saber se isso fosse possível, e o que eu leio aqui por este título eu pensei que fosse alguém para compilar esse tipo de informação, se não for agradeço que me esclareçam, e se é possível ou não obter essa informação de todos os Contratos de Avença que a Câmara tem. Acho que é importante saber. -----

----- Outra questão que também queria colocar aqui é que me explicasse ao certo o que é que é isto no ponto 8.7, Contrato de Aquisição e Prestação de Serviços de Consultoria para Otimização do IVA do Município de Águeda nos anos 2014 a 2017. Portanto, pelo que eu percebo, serão alguém que irá analisar formas de conseguir obter mais IVA recuperado, não sei qual é que é o conceito disto, sei que são noventa e tal mil euros que isto custa, a dividir por três anos, trinta mil euros por ano, para esse Serviço de Consultoria para Otimização do IVA no Município de Águeda. -----

----- Queria saber ao certo o que é que é, e que verbas é que preveem que envolva esta otimização, porque para custar trinta mil euros por ano em Consultoria devem ser verbas muito grandes que estão aqui em causa. E gostaria de saber se a Contabilidade da Câmara não trataria disso de forma natural? O que é que há aqui que me está a escapar porque eu também sinceramente não sei! -----

----- Finalmente mais duas dúvidas muito breves, já que assim ficam todas, no que toca aqui à utilização do Cine Teatro São Pedro, os 46 000€ ou 4600€ por dez meses, presumo que isto seja um contrato que irá mantendo até que o Centro de Artes esteja concluído, presumo que seja isso. Obrigado pelo seu esclarecimento, pelo seu sinal de cabeça já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

percebi que era isso. -----
----- E finalmente no último ponto no projeto de Prevenção Rodoviária para os alunos do 1º Ciclo, com a Associação de Pais da Mourisca do Vouga – Os Pioneiros. Um projeto de Prevenção Rodoviária que me parece bastante interessante e que tem aqui um apoio da Câmara, pelo que eu percebi de 13 000 e tal euros, uma parte já este ano e outra parte para o outro ano, portanto de 13 000€. Para saber se este projeto será viável ou extensível a outras associações, se depende das associações, se depende da Câmara, como é que isso funciona? Porque é uma verba considerável, são 13 000€ e parece-me um projeto interessante que possa ser estendido a outras entidades.” -----

----- **Paulo Jorge de Almeida Pereira – CDS** -----

----- “Quanto à legislação, e não sendo eu jurista, eu acho que estamos aqui hoje a fazer é simplesmente a repor a legalidade. Tal como eu referi há duas assembleias atrás, tinha algumas dúvidas sobre o que pudéssemos estar aqui a aprovar previamente compromissos que não tinham ido ainda a discussão e a consequente ou não aprovação e reunião do executivo, e portanto acho que aquilo que estamos aqui hoje, é simplesmente a repor a legalidade. Acho que aquilo o que aqui aconteceu foi algo sério, algo que não se deve de repetir, algo que se tornou mais sério ainda porque foi questionado a cerca da legalidade ou não do que estaríamos a fazer e foi dada toda a confiança de que o poderíamos fazer. -----

----- Mas escolhida que está a forma, passemos ao conteúdo de alguns destes pontos. Relativamente ao ponto 8.1, Sr. Presidente, o contrato de Aquisição de Serviços de Manutenção de Hardware e Software dos Equipamentos de Gestão de Assiduidade e de bilhética dos Edifícios Municipais, eu tive algumas dúvidas a cerca da forma como este procedimento foi feito. Isto porque ele auscultou o mercado a três fornecedores, mas relativamente a um deles, aquele que com quem o Executivo pretende celebrar o contrato, parece-me claramente uma empresa especialista na área, mas as outras duas consultadas, uma não consegui, estranhamente, obter nenhuma informação acerca dela! Não duvido naturalmente que ela exista mas pareceu-me estranho não existir na Web nenhuma informação acerca dela, e a outra não me parecia de toda uma empresa especialista na área, parecia uma empresa especialista na área dos Equipamentos Tecnológicos para a Educação. Portanto, não percebi muito bem e por isso mesmo irei votar contra relativamente a este ponto. -----

----- Relativamente aos três ou quatro contratos de prestação de serviços, irei naturalmente em concernência daquilo que fiz já anteriormente me abster, porque tal como fiz, sabendo a impossibilidade do Executivo em contratar novos colaboradores e da sua disponibilidade financeira para o fazer, caso isso fosse possível, mas não me parece que essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

impossibilidade tenha que resultar forçosamente numa escolha direta daqueles que irão prestar serviços. Acho que existem outras formas e que o concurso poderia ser uma forma de abrir oportunidades nesse aspeto! -----

----- Dizer-lhe também Sr. Presidente, que um dos extratos relativamente ao ponto 8.2 de Técnica Superior de Engenharia, estranhamente porque tenho alguma dificuldade em perceber como aconteceu, um dos extratos não está correto, não está de acordo com o que está nas atas, porque diz que a decisão foi tomada por unanimidade quando a decisão foi tomada com duas abstenções. Não sei se por ventura o Sr. Presidente da Câmara não quererá que os senhores Vereadores que se abstiveram até expliquem o porquê das suas abstenções! -----

----- Dizer-lhe também que relativamente à recuperação do IVA espero que não aconteça como aconteceu com um contrato anterior em que não foi feita a adjudicação do contrato, se bem me recordo, e que posteriormente a Delloite veio pretender ser recercida, e já agora, aproveitava para perguntar se nesse caso a consultora acabou ou não por ser recercida em resultado da não adjudicação do contrato relativamente ao prazo que havia sido estabelecido.” -----

----- **Marlene Domingues Gaio – PSD:** -----

----- “Só uma questão prévia, nós já ultrapassamos o ponto, mas eu fiquei a pensar nisto! Quanto aquilo que acabamos de falar relativamente aos Caminhos de Fátima eu fiquei com a ideia daquilo que li, que não é só uma Associação entre Municípios, também podem ser parte, portanto, podem ser associados outras Associações e particulares também, não é? É assim não é? Muito bem. -----

----- A minha intervenção parte dela foi esgotada já na intervenção dos meus colegas anteriores, por isso eu não me repetirei. De facto o que me traz aqui são estes contratos de em regime de avença que se pretende aqui aprovar, porque nos documentos de suporte que nos enviaram e que onde se tenta legitimar esta Contratação em Regime de Avença ou Contrato de Prestação de Serviços, argumenta-se em todos eles que “o técnico ou a técnica já fez um estágio profissional neste serviço durante o qual recebeu formação específica nesta área já tendo alguma autonomia de trabalho. A contratação do novo (eu estou a ler *ipsis verbis* o que está escrito) prestador de serviços implicaria em toda uma fase de aprendizagem que atrasaria o processo de autonomia.” Então a minha questão é simples e prende-se unicamente com o facto de pretender esclarecimento a cerca da forma como são realizados estes estágios profissionais na Câmara Municipal, ou seja, quais são os critérios para admissão destes estagiários que depois parecerem levar direta e inevitavelmente a uma contratação em Regime de Contrato de Avença? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Sr. Presidente da Câmara, Gil Nadais:** -----

----- “Dr. Alberto Marques obviamente não estamos aqui a fazer uma contratação para controlar as prestações de serviço! Felizmente não precisamos, não lhe posso dizer de quantas são de cabeça, não tenho isso, mas não são tantas que necessitem de alguém especializado para gerir isso, ok? São algumas, obviamente que são algumas, temos algumas muito pontuais, por exemplo, temos na área da segurança, temos outros de projetos que estão aqui a liderar alguns projetos. Não tenho aqui mas podemos dar esses custos, agora tenho de lhe dizer também que a Câmara de Águeda é daquelas que tem menos efetivos ao seu serviço. Nós com o programa Aproximar Educação vamos passar a uma situação que temos quase tantos funcionários da área da Educação como no restante todo e com a salvaguarda de me faltar aqui assim um número ou outro, nós teremos cerca de 260 funcionários do quadro, teremos 20 e tal avançados, será isso? Não sei! Sinceramente não sei, estou a adiantar um número. Mas como estava a dizer nós iremos ficar agora com entrada dos novos funcionários para a área da educação com cerca de 260, 220. Por isso estão a ver a diferença que há entre uma área e outra. -----

----- Sobre o IVA, e respondendo aqui também ao Paulo Pereira em simultâneo, o IVA é um concurso público que vamos fazer, e o que é que vem fazer? Aquilo que nos dizem as empresas é que têm conhecimentos que podem ir buscar verbas de IVA que de outra forma não os iríamos obter. Então eles vem ganhar conforme aquilo que conseguirem apurar, certo? Não é fixo! Isto é o valor máximo presumível, pode ser zero, se não encontrarem nenhum é 0! Portanto não há qualquer pagamento por este serviço, só há uma percentagem daquilo que eles conseguirem recuperar. É isto que aqui está na recuperação do IVA, é isto que está em causa! -----

----- É otimização, são as empresas que se dedicam a este tipo de coisas, que geralmente concorrem a estes concursos. -----

----- Sobre obviamente o Cine Teatro São Pedro é um contrato que já temos há vários anos. Todos os anos é renovado e portanto como ele vai ter efeitos este ano e no próximo ano, entendeu-se que devia vir cá. O contrato é exatamente igual ao do ano anterior, mantêm-se as mesmas condições, só que tem aqui o aspeto da plurianualidade e portanto esteve aqui. -

----- Sobre a Prevenção Rodoviária o que aconteceu foi que foi esta Associação que nos propôs este projeto. Propôs este projeto e nós aceitámos, negociámos portanto, e aceitámos este projeto. Aquilo que estamos disponíveis é se houverem outras Associações ou outras Entidades que nos proponham projetos, com certeza que iremos analisar. -----

----- Sobre o que o Paulo Pereira falou relativamente à bilhética, sinceramente desconheço quais são as empresas, são serviços que fazem, não acompanho minimamente essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

situação. Irei transmitir para terem cuidado a fazer esse tipo de concursos. -----
----- Relativamente às questões colocadas pela Dr.^a Marlene Gaio, sobre estagiários. Entrar para a Câmara com estágio não corresponde a ter uma prestação de serviços. Alguns têm prestação de serviços mas a grande maioria, posso afiançar e estou convicto, que grande maioria não tem continuidade de trabalho na Câmara. Aliás, uma das coisas que lhes dizemos logo é que fazer estágios na Câmara de Águeda não é sinal de que vá ter continuidade! Há alguns que são necessidades específicas que tem a continuação de trabalho, como há alguns, que vamos buscar que não são estagiários. Isto tudo depende das situações. Não é vir fazer um estágio, não quer dizer que tenha uma entrada direta para a Câmara.” -----

----- **Hilário Manuel Santos – PSD:** -----

----- “Agora fiquei aqui um bocadinho confundido com esta história do IVA. O Sr. Presidente basicamente veio-nos dizer aqui que há processos de recuperação do IVA que a entidade Câmara Municipal por si só não consegue fazer, tem que ser outras entidades que o conseguem fazer. Eu tenho alguma dúvida sobre isto, porque não tenho esse conhecimento, gostava que me explicassem exatamente isto! Que processos existem que uma entidade qualquer não possa fazer a sua recuperação e tenha que se ir buscar uma outra entidade subcontratada para o fazer? É falta de conhecimento nosso ou é um problema legal? Que é uma coisa para eu perceber também! Se me der algum exemplo!” -----

----- **Sr. Presidente da Câmara, Gil Nadais** -----

----- “Já agora gostaria de voltar atrás e portanto houve aqui o deputado Paulo Pereira falou numa correção de uma ata que tem ser feita, obviamente! Trata-se de um lapso e aquilo que está é efetivamente aquilo que se passou na reunião e peço desculpa pelo lapso! A ata está bem os extratos estão mal, portanto aquilo que se passou é aquilo que está referido na ata, ponto final! Iremos fazer essa correção! -----

----- Vamos ver, esta situação do IVA a mim próprio me surpreendeu, mas o problema é que estas empresas têm trabalhado com outras Câmaras e dizem-nos que conseguem resultados! Mas eu não sei! É do que é que eles vêm fazer, da forma como otimizam., sinceramente não tenho conhecimento! Como é que eles operam? Quais são as operações que fazem? Não sei! -----

----- Nós aqui assim temos o procedimento igual a todas as outras Câmaras, aquilo que sabemos é que eles propõem outras metodologias, e com certeza, outros enquadramentos não é? Que tem nalgumas Câmaras ondes eles têm trabalhado, têm dado poupanças. O que é que nós estamos aqui a fazer? Estamos a abrir o concurso que vamos ter formação de borla, se assim se pode dizer! A Câmara de Águeda tem, salvo erro, pordata e trabalha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

com esse sistema que nos dizem que é o mais adequado, que é aquele com que trabalham todas as câmaras ou a grande maioria das câmaras. Agora o que é que eles vêm propor? Eles vem analisar as nossas despesas, as nossas estruturas de custo, etc, e depois vem dizer que fazendo esta metodologia ou a outra, podemos recuperar determinadas verbas. ---
----- Nós temos portanto aqui uma ação que é gratuita e de formativa para os nossos funcionários, para a nossa forma de fazer, que poderá render dinheiro para a Câmara. Portanto o que é que nós perdemos nesta operação? Perdemos é, “é fazer um concurso para eles virem trabalhar”. Eles não explicam como é que vem fazer, o que é que vêm fazer, aquilo que eles dizem é que conseguem fazer! A gente cá está para ver! “-----

----- **Hilário Manuel Santos – PSD:** -----

----- “Sr. Presidente, desculpe lá eu não quero ser chato mas esta coisa do IVA está-me a custar a entrar na minha cabeça! Está, porque eu pensava que o IVA era um imposto muito claro mas pronto, pelos vistos há qualquer coisa que não é assim muito clara! Aquilo que eu me apercebi daquilo que o senhor tenta explicar é que basicamente esta empresa vem é fazer um trabalho de consultadoria e que vai analisar aquilo que são os gastos e os procedimentos da Câmara e vai promover algumas alterações nesse sentido! E com base nesses ganhos nós poderemos ter algum... Isto é assim que eu percebo! Custa-me perceber como é que me falam em recuperações de IVA que a Câmara não possa fazer ou qualquer entidade não possa fazer! Eu para mim qualquer entidade pode fazer recuperação de IVA desde que seja legal! Eu tenho esta ideia! Se depois os técnicos da Câmara não têm formação, 92 000€ por três anos de formação também é um bocado! -----

----- A minha questão, avançando, é esta, então se não houver nenhuma recuperação destes valores, a Câmara paga zero! Gasta zero, é isso! Pronto! Mas para a Câmara avançar para este processo também diz que estes serviços são feitos noutras câmaras. Nós estamos inseridos na Comunidade Intermunicipal. Eu pergunto, não haverá aqui alguém na Câmara de Águeda que possa ir perguntar a uma outra câmara da CIRA, que são mais dez, e que nos expliquem lá, “Olhem lá, vocês que já fizeram isso, como é que se recuperou?”, para nós termos uma ideia! Era só uma pergunta ou um telefonema! -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **Paulo Jorge de Almeida Pereira – CDS:** -----

----- “Sr. Presidente, por uma resposta que ainda não obtive, e por uma felicitação que também não fiz, e começo pela felicitação. -----

----- A felicitação é num assunto que parece tão complexo conseguiu-se aqui criar um concurso público. Portanto eu felicito o Executivo por isso, e acho que está aqui a prova de que os ajustes diretos só são necessários, acho eu, quando não queremos que sejam feito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de outra forma. Relativamente à questão, a questão que fiz à pouco que ficou por responder, se no processo que se realizou anteriormente, a cerca de dois anos, também de recuperação do IVA e que não assinamos o contrato de acordo com o prazo legal estabelecido para o efeito, se tivemos ou não que indemnizar o fornecedor que solicitou essa mesma indemnização.” -----

----- **Sr. Presidente da Câmara, Gil Nadais** -----

----- “Bem, sobre a Recuperação de IVA nos outros municípios aqui da CIRA, desconheço que algum tenha avançado para essa situação. O exemplo que conheço é da Câmara do Porto e outras câmaras mais pequenas, penso que Mealhada também avançou com esse processo. Isto são empresas, geralmente quem concorre a isto, e por isso nós inclusivamente estamos a fazer um concurso público para que não reste dúvidas e não seja a empresa A ou a empresa B, é aquilo que está aqui em causa é eles procurarem ver se nós conseguimos, temos alguma possibilidade de ir buscar alguma receita extra. Aquilo é a única coisa que está em jogo neste caso. -----

----- Sobre o processo da Recuperação, o processo anterior, é a minha convicção que não chegou a avançar. Portanto não houve qualquer adjudicação. Não, que eu conheça não há nenhuma empresa, não foi adjudicada nenhuma empresa, não foi adjudicada nenhuma empresa, não foi adjudicada nenhuma empresa, ok? E que eu conheça não há qualquer pedido de indemnização, não foi adjudicado!” -----

----- **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara** – PJ Águeda e Borralha -----

----- “Bom, em primeiro lugar, do que eu percebi portanto, 30 000 € por ano dá 90 000€ em três anos, fiquei com a ideia de que era uma situação percentual, portanto dá a possibilidade de se ir buscar mesmo muito dinheiro, correto? E nesse sentido, obviamente de se recuperar muito dinheiro, se chegar ao máximo há essa possibilidade. -----

----- Sr. Presidente, eu pedia-lhe, tendo em atenção que é uma forma também de ajudar as freguesias, caso isso fosse possível, que o senhor que cá vem, nos ensinasse como é! Que é para nós também recuperarmos, para a gente o chatear menos! -----

----- E agora depois desta brincadeira do IVA, vou mesmo falar do IVA a sério! E é curioso que o Estado Português, seja ele PS, PSD, agora da esquerda ou do PAF, diz que manda x dinheiro para as Juntas de Freguesias e para os municípios. E não é verdade! Porque as Juntas de Freguesia são consumidores finais e portanto todas as verbas que vem é-nos retirado 23% à cabeça, o que não tem grande cabimento. E sempre, sempre, sempre e 23% à cabeça, somos consumidores finais a gente não recupera IVA nem hipótese temos para contratar uma empresa para irmos buscar IVA, portanto pagamos o IVA todo. O dinheiro que vem para as Juntas de Freguesia e para as Câmaras Municipais vem com menos 23%, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

seja, dos 170 000€ que vem do FEF, 23% voltam para o Estado! Que é uma coisa que eu não entendo muito bem, e portanto, há situações e agora quando for o Congresso ANAFRE, é uma das situações que eu vou expor lá e queria também partilhar aqui convosco é que acho que o IVA é um absurdo ser cobrado às Juntas de Freguesia porque é dinheiro que é retirado à obra pública! -----

----- Portanto é dinheiro que sai do estado para o estado, e entra no Estado e portanto há aqui 23 que andam sempre a rolar, a rolar, e em termos efetivos ele não é aplicado em lado nenhum. E se uma obra de recuperação paga 6% quando fazemos uma requalificação e portanto sente-se brutalmente num orçamento pequeno como uma Junta de Freguesia a diferença entre os 23% e os 6%. -----

----- E portanto penso que é tempo de todos começarmos a refletir e a pensar que para o bem da obra pública e para o financiamento da obra pública, que o IVA fosse para as Juntas de Freguesias e as Câmaras Municipais a 6%, e isso é bem possível. Porque quando há de facto interesse em diminuir impostos, e num sem número de coisas, é feito, é feito sem dificuldade, como bonificações fiscais, como todo o tipo de prémios e abonos fiscais. -----

----- Acho que nós somos um braço do Estado, um braço pequeno do Estado, um bracinho! Mas aquilo que nós fazemos é intervenção pública, é obra pública, e 23% numa obra é muito dinheiro mesmo, e esse dinheiro aplicado em obra serviria muito melhor o País e não andávamos aqui todos a fazer de conta com o dinheiro a vir de lá para cá, e de cá para lá, sem servir de nada nem ninguém! -----

----- E isto acho que é algo que devemos começar todos a refletir seriamente! Estas situações e a questão de uma junta de freguesia também por força do sistema de contabilidade, também não recupera o IVA, não tem forma de recuperar o IVA, temos o Pocal simplificado e portanto não recuperamos. É muito dinheiro, é muita obra que fica por fazer nas Freguesias e portanto, se é nas Freguesias é exatamente no Concelho, porque as Freguesias fazem parte integrante do concelho. -----

----- Sr. Presidente volto-lhe a fazer o pedido, os senhores que aqui vêm buscar IVA mande-os lá às Juntas que a gente agradece e também pagamos alguma coisa se eles recuperarem assim muito!" -----

----- **Alberto José Fernandes Marques** – PSD -----

----- “Se por um lado fiquei mais tranquilizado quando o Sr. Presidente da Câmara informou quando o valor dos 30 000€ por ano é em função daquilo que eventualmente se vier a ganhar ou recuperar, por outro lado, depois de ouvir as explicações e o que deram e algumas dúvidas que aqui colocaram, fiquei confuso mesmo! -----

----- Quer dizer o que me passa disto, e corrijam-me se estou errado, dá-me a impressão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que está aqui um serviço do Estado, da autarquia local, a lançar um concurso para contratar uma empresa para a rapar a receita fiscal ao estado. Neste caso veio aqui o Paulo Seara a dizer que muito bem, e quanto mais se recuperar melhor, fantástico! Se isto fosse uma empresa, a minha empresa e a de alguns empresários que aqui estão, se calhar iam chamar que eram uns bandidos, uns capitalistas que estavam a vigiar o Estado para tentar ir buscar IVA onde não podiam. Mas como é a Câmara Municipal Socialista, fantástico! -----
----- Ou seja, à parte este a parte mesmo, faz-me um bocadinho de confusão isto! Das duas uma, ó Sr. Presidente da Câmara peço desculpa e agora esta parte é a sério! Há aqui alguma coisa, e o senhor Vereador da parte das finanças, os serviços de Contabilidade da Câmara não sabem ao certo que IVA é que Câmara pode recuperar ou não? É que isso parece-me evidente! Eu não sei, não é? Quando fazem esses projetos, esses grande projetos de Europeus, não sei quê de fundos, sabem perfeitamente qual é o IVA que é para recuperar e o que não é! O que é que tem que pagar e o que não tem! Agora uma empresa vem aqui para tentar sacar IVA ao... não sei, acho isso mesmo muito, muito estranho! -----
----- E se no começo ainda estava na dúvida, eu agora fazes-me mesmo muita confusão isto!" -----

----- **Hilário Manuel Santos – PSD:** -----
----- “Estive ali a ver e basicamente a Câmara pagará até um máximo de 30% do valor do IVA recuperado. É sobre anos anteriores? É isto que eu pergunto. Nós estamos neste momento no ano em curso. A empresa vai começar de 2016 e vai analisar recuperações de IVA de anos anteriores que a Câmara não fez? É isso que está em causa? Vai analisar dossiês para trás e vai dizer dos dossiês para trás a Câmara tinha que ter recuperado este IVA e não conseguiu recuperar, nos últimos três anos, e portanto nos últimos três anos o que a Câmara conseguiu recuperar nós vamos recuperar 30%, é isso basicamente? Até esse limite. E tem a ver com anos fiscais, como nós vamos entrar no ano fiscal de 2016, dentro de em breve, portanto isto vai ter a ver com o ano fiscal 2015, 2014 e 2013, é isso Sr. Presidente que me estão a dizer? -----

----- Se é isso eu fico esclarecido!" -----

----- **Paulo Jorge de Almeida Pereira – CDS** -----
----- “A tecnologia ajuda um pouco e portanto eu fui aqui vasculhar o artigo e esta Câmara recebeu uma comunicação datada de 27 de Novembro de 2013 da Deloitte Consultora que dizia “Assunto: Ajusto direto para a Aquisição de Serviços Consultadoria para Recuperação do IVA incorridos nas aquisições efetuadas durante o período compreendido entre o ano 2009 e 2013”, e diz, eu vou tentar sintetizar que olhei para aqui muito rápido, “Excelentíssimos Senhores na sequência do vosso convite, 26 de Março de 2013, no âmbito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do procedimento de contratação a cima identificado, procedemos à entrega atempada da nossa proposta a 1 de Abril de 2013. Porém a verdade é que até à data ainda não fomos notificados da decisão da adjudicação ou não, da adjudicação nos termos do artigo 79º do código dos Contratos Públicos. Ora considerando que o prazo da conclusão dos serviços termina a 31 de Dezembro de 2013, conforme decorre no número 2 da cláusula 3º do respetivo caderno de encargos, entendemos que nesta data uma eventual decisão da adjudicação será extemporânea datada a impossibilidade de prestação face ao âmbito do período temporal necessário para a conclusão dos termos das peças contratuais porque de acordo com as disposições legais dever-se-á ser revogado o referido procedimento. Não obstante disposto, demonstramos naturalmente a nossa inteira disponibilidade para uma nova consulta uma vez que alterado o âmbito no período temporal do procedimento de contratação em causa.” -----

----- Eu gostaria de saber se houve ou não alguma indemnização à consultora relativamente a este assunto.” -----

----- **Sr. Presidente da Câmara, Gil Nadais** -----

----- “Paulo Pereira, nós recebemos muitas propostas de muita gente. As propostas só se tornam obrigações da Câmara quando a Câmara contratualiza e eles próprios reconhecem que não houve contratualização! Não houve contratualização, não há pagamentos, não há nada! Desculpem, cadernos de encargos tem de dar origem depois a uma contratação! Não houve contratação, não há pagamentos! Ponto, acabou! Não há, ai não há nada! -----

----- Alberto Marques, desculpe lá, mas eu acho que o sacar está é ao contrário! Nós vamos ver se deixam cá ficar aquele que não nos deviam ter sacado! É exatamente a mesma coisa! E a Câmara aqui funciona como uma empresa, ok? Tudo o que é receita da Câmara se nós conseguirmos ter mais uns milhares de euros, com certeza que fica toda a gente muito contente! Inclusivamente os senhores Presidentes da Junta, obviamente que poderão fazer mais coisas! -----

----- E já agora, sobre situações assim meias anómalas, eu já nem falo no IVA, mas por exemplo, não sei se sabem que pagamos taxa de radiodifusão, não sei como é que isso se chama agora, na iluminação pública. Já está mais a frente, podemos ter rádio em todas as lâmpadas porque já estamos devidamente autorizados porque pagamos taxas de radiodifusão em todos os circuitos de iluminação pública. Os desligados também pagam!” ---

----- **8.1. Contrato de Aquisição de Serviços de Manutenção de hardware/software dos equipamentos de gestão de assiduidade e bilhética nos edifícios municipais;** -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

por **maioria com quatro abstenções** aprovou a Proposta da Câmara Municipal para celebração de contrato de Aquisição de Serviços de Manutenção de hardware/software dos equipamentos de gestão de assiduidade e bilhética nos edifícios municipais; -----

----- **8.2. Proposta para celebração de contrato de prestação de serviços de Técnico Superior de Engenharia na modalidade de contrato de avença;** -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com oito abstenções** aprovou a Proposta da Câmara Municipal para celebração de contrato de prestação de serviços de Técnico Superior de Engenharia na modalidade de contrato de avença. -----

----- **8.3. Contrato de Prestação de Serviços por Técnico Superior para operacionalização e acompanhamento de projetos na modalidade de contrato de avença;** -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com dez abstenções** aprovou a Proposta da Câmara Municipal para celebração de Contrato de Prestação de Serviços por Técnico Superior para operacionalização e acompanhamento de projetos na modalidade de contrato de avença. ---

----- **8.4. Contrato de Prestação de Serviços por Técnico Superior de Biologia na modalidade de contrato de avença;** -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com nove abstenções** aprovou a Proposta da Câmara Municipal para celebração de Contrato de Prestação de Serviços por Técnico Superior de Biologia na modalidade de contrato de avença. -----

----- **8.5. Proposta para celebração de Contrato de Aquisição de Serviços de pessoa singular para o desenvolvimento de atividades no âmbito do serviço AAAF, na modalidade de contrato tarefa para o ano letivo 2015/2016;** -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com duas abstenções** aprovou a Proposta da Câmara Municipal para celebração de Contrato de Contrato de Aquisição de Serviços de pessoa singular para o desenvolvimento de atividades no âmbito do serviço AAAF, na modalidade de contrato tarefa para o ano letivo 2015/2016. -----

----- **8.6. Protocolos de parceria – Gestão das AAAF – Atividades de Animação e Apoio**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

à Família no Pré-escolar, ano letivo 2015/2016; -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade** aprovou a Proposta da Câmara Municipal para celebração de Protocolos de parceria – Gestão das AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-escolar, ano letivo 2015/2016. -----

8.7. Contrato de Aquisição de Prestação de Serviços de consultoria para otimização do IVA no Município de Águeda anos 2014 a 2017; -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com seis abstenções** aprovou a Proposta da Câmara Municipal para celebração de Contrato de Aquisição de Prestação de Serviços de consultoria para otimização do IVA no Município de Águeda anos 2014 a 2017. -----

8.8. Acordos no âmbito da medida 3 do projeto 100 (DES)Empregados – edição 2015/2016; -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade** aprovou a Proposta da Câmara Municipal para celebração de Acordos no âmbito da medida 3 do projeto 100 (DES)Empregados – edição 2015/2016. -----

8.9. Aceitação para análise de candidatura/atribuição de apoio ao Grupo Típico “O Cancioneiro de Águeda” submetida fora do prazo no âmbito do Código Regulamentar do Município de Águeda – Associações Culturais, Recreativas e Juvenil (F1); -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com uma abstenção** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de Aceitação para análise de candidatura/atribuição de apoio ao Grupo Típico “O Cancioneiro de Águeda” submetida fora do prazo no âmbito do Código Regulamentar do Município de Águeda – Associações Culturais, Recreativas e Juvenil (F1). -----

8.10. Proposta de celebração de protocolos para Apoio à Gestão do Pessoal Não Docente nas escolas do concelho; -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com duas abstenções** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolos para Apoio à Gestão do Pessoal Não Docente nas escolas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

concelho. -----

----- **8.11. Renovação do protocolo de cooperação – Utilizações do Cineteatro S. Pedro;** -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com uma abstenção** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de Renovação do protocolo de cooperação – Utilizações do Cineteatro S. Pedro. -----

----- **8.12. Protocolos de Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º CEB – ano letivo 2015/2016;** -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º CEB –ano letivo 2015/2016. -----

----- **8.13. Protocolo no âmbito do Projeto de Prevenção Rodoviária para os alunos do 1º CEB com a Associação de Pais de Mourisca do Vouga – Os Pioneiros;** -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **maioria com quatro abstenções** aprovou a Proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo no âmbito do Projeto de Prevenção Rodoviária para os alunos do 1º CEB com a Associação de Pais de Mourisca do Vouga – Os Pioneiros. -----

----- E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte e três horas e dezasseis minutos, do dia dez de fevereiro de dois mil e quinze, deu por encerrados os trabalhos desta sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: